

Obras da Caesb não agradam os ecologistas

CRISTIANE RIBEIRO
Da Editoria de Cidade

O primeiro debate promovido pela Caesb para explicar a crise no abastecimento de água da cidade e justificar a necessidade de novas obras, de pequeno e grande porte, gerou intranquilidade entre representantes da Fundação Pró-Natureza (Funatura), da Secretaria de Ecossistema da Secretaria Especial de Meio Ambiente, de ecologistas que trabalham no Parque Nacional e de técnicos de meio ambiente do Distrito Federal. Até agora eles não receberam da Caesb o relatório de impacto ambiental para que sejam feitos, em conjunto, os estudos das alternativas e objetivos das obras.

O caráter emergencial que a Caesb dá às pequenas obras de captação, algumas já em andamento, foi duramente criticado pela presidenta da Funatura e representante da Companhia de Eletricidade de São Paulo em Brasília, Maria Tereza Jorde Pádua. "Há muito o País vem pagando caro pela curta visão daqueles que no passado aprovaram obras sem planejamento", sustentou. Entre as obras "emergenciais" da Caesb está a captação do Bananal que fica no Parque Nacional e que, segundo Maria Tereza, não poderá acontecer, até porque contraria o artigo 24 do Regulamento de Parques e Reservas Ecológicas, que dispõe sobre danos a estas áreas.

AS OBRAS

O diretor de Operações da Caesb, Antônio de Pádua, apresentou a situação atual do abastecimento a partir do plano diretor de 1970, que deveria, segundo ele, ter sido avaliado ano a ano. Este plano já previa a segunda etapa do Rio Descoberto — uma das obras emergenciais — e a barragem do São Bartolomeu — a de grande porte. Outros estudos se sucederam, mais recentemente, até dar à barragem do São Bartolomeu uma dimensão menor que a do plano de 1970, que se baseava em consumo de 700 a 800 litros por habitante/dia.

Fez toda sua exposição reconhecendo que a Caesb não dispõe de instrumentos para controlar o processo de abastecimento, portanto os números não são alcançados com rigor, que as suas redes são limitadas para as novas captações e ainda que a sua receita não cobre os gastos administrativos e operacionais. Justificou a crise atual no abastecimento falando do não cumprimento dos planos e da falta de planejamento de obras passadas.

A crise do Santa Maria, desde 1983, quando a barragem do Torto foi desativada, foi um dos pontos mais discutidos. E ela quem determinou um plano de racionamento, já adotado pela Caesb, e que compreende não só forçar a queda do consumo, mas, principalmente, e é nisso que se detém agora a Caesb, no aumento da produção com a execução das obras emergenciais. Entre elas a captação do Bananal, que depende de autorização do IBGE, de acordo com os dados da Caesb.

Através de gráficos Antônio de Pádua mostrou as alterações no sistema de abastecimento e os estudos para a construção de uma grande barragem que

"certamente será a do São Bartolomeu", acredita ele. Falou das outras alternativas, mas explicou que pela maior proximidade do "centro de massa" e por já ter passado por um processo de desapropriação de área, a bacia do São Bartolomeu deverá ser a escolhida.

MEIO AMBIENTE

A legalidade destes projetos foi discutida pela Fundação Pró-Natureza, que levou vários representantes à primeira "audiência pública" feita pela Caesb, ocorrida no auditório da Secretaria Especial de Meio Ambiente. "Se a barragem no Bananal o parque não seria mais um Parque", disse Maria Tereza, lembrando que hoje em todo o País apenas 0,5 por cento de sua área representa os parques e reservas ecológicas. O parque nacional foi criado em 1961 por Ezequias Paulo Heringer e "não com a finalidade de proteger a bacia do Santa Maria, como quer acreditar a Caesb".

Apesar dos entendimentos que a Caesb busca manter com o IBGE, Maria Tereza alerta que o IBGE apenas administra o Parque. "Não é dono das terras. Quando ele não respeitar mais os regulamentos não vamos mais aceitá-la como administradora. Todos os que lutam pela preservação da natureza vão querer isto". "Este tipo de obra — a captação no Bananal — é proibido". No Brasil, segundo ela, se criou o hábito de achar que sendo parque ou reserva, é terra de ninguém. Por isso a obra fica mais barata. Mas, não é nada disso.

"Podemos provar que para o Brasil e para a humanidade a não-execução da obra é muito mais importante que os efeitos imediatos de sua construção". Ela assegura que a Caesb não terá condições legais de ir adiante com o projeto. Já o diretor pedagógico da UPIS, Luis Van Bethoven Benício de Abreu, se deteve a criticar os estragos já existentes com as captações do Torto e de Santa Maria, que dividiram importantes áreas cuja interligação era de fundamental importância para toda a vida da região. "Não se entende por que a barragem não foi feita mais embaixo, onde inclusive se poderia ter chegado à produção de 2.800 litros por segundo prevista no projeto".

Outro ecologista, atualmente desenvolvendo estudos com macacos no Parque Nacional, aproveitou a ocasião para falar da fragilidade do sistema na parte inferior ao rio Bananal, que tem características de brejo. O lugar é importante para a preservação de fontes genéticas. "Estas fontes genéticas, que para o mundo representam o mesmo que o petróleo representou para o século XX, vão salvar milhões de vidas".

O secretário de Ecossistema da Sema, Edgar Klever, lembrou que era necessária a preparação do Relatório de Impacto Ambiental o quanto antes. "Sem ele não poderemos avaliar as alternativas". Achou excelente a oportunidade que a Caesb ofereceu aos participantes e se mostrou preocupado com os impactos ambientais. "Precisamos dos relatórios para avaliarmos os níveis de impactos para as diferentes alternativas".